



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E
CONTÁBEIS - ICEAC
CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR

VINICIUS DIAS CRUZ

ANÁLISE DE COMPETITIVIDADE DO SETOR PESQUEIRO DO BRASIL NO
PERÍODO DE 1997 A 2016

Santa Vitória do Palmar - RS

2019

Vinicius Dias Cruz

**ANÁLISE DE COMPETITIVIDADE DO SETOR PESQUEIRO DO BRASIL NO
PERÍODO DE 1997 A 2016**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel, pelo Curso de Comércio Exterior da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Orientador: Prof. Me. Jonatas de Oliveira

Santa Vitória do Palmar - RS

2019

Vinicius Dias Cruz

**ANÁLISE DE COMPETITIVIDADE DO SETOR PESQUEIRO DO BRASIL NO
PERÍODO DE 1997 A 2016**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel, pelo Curso
de Comércio Exterior da Universidade
Federal do Rio Grande - FURG.

Aprovado em 18 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Jonatas de Oliveira - Orientador

Profª. Drª. Livia Madeira Triaca - Membro

Prof. Dr. Rafael Mesquita Pereira - Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o resultado deste trabalho: colegas, amigos e família, em especial à minha esposa, Daniela Oliveira da Silva, pelo incentivo e apoio para a conclusão deste objetivo.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Me. Jonatas de Oliveira, à orientadora Prof.^a Dr.^a Livia Triaca, e a todo o corpo docente, pelo auxílio, disposição e pela paciência ao longo dessa jornada.

Agradeço aos meus colegas de classe, entre eles (as); Enilson, Nilza, Yago e Stephanie, por compartilhar horas de estudos, conhecimentos e alegrias, e por colaborar para que este estudo tenha chegado até aqui. Agradeço, também, aos meus amigos e amigas, entre eles Juliano, Juliana, Veralice, Admir, Vanessa, Joner, Edenize, Juliardo, Maribel, Italo, Shapoena, Danilo, Edmilson, Cledir, Denis e Paulinho pela compreensão demonstrada a cada ausência minha nos encontros entre amigos.

Agradeço, finalmente, à FURG, por ter me disponibilizado o acesso à aprendizagem necessária para concluir este trabalho.

RESUMO

Os recursos pesqueiros compreendem as espécies de peixes, moluscos e crustáceos, entre outras, que são exploradas economicamente pela pesca marítima e nas águas continentais brasileiras (IPEA, 2013). O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar como a análise competitiva do setor pesqueiro do Brasil pode contribuir para a exportação da lagosta brasileira, no período de 1997 a 2016, tendo como benefício um critério para realização de troca entre os países com base nos estudos das vantagens comparativas do autor David Ricardo. Tem-se como objetivos específicos (i) fornecer uma visão geral do cenário do pescado no mundo, (ii) determinar a vantagem comparativa e competitiva da lagosta brasileira e (iii) identificar as decisões políticas macro e micro que influenciam nos níveis de relação comerciais. Este trabalho foi realizado por meio de coleta de dados secundários disponibilizados em diversas instituições. As fontes de coleta de dados utilizadas foram Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) – Portal ComexStat e Nações Unidas (UNSD) – Portal Comtrade, além de informações de outros órgãos, como: International Trade Center (ITC) – Portal Trade Map, Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) – Portal Fishery, The World Bank – Portal DataBank. Após foi aplicado as fórmulas para os cálculos dos indicadores de comércio internacional para identificar os resultados do presente estudo onde evidenciaram que o Grau de Abertura Total revelou uma tendência crescente de abertura devido às privatizações das empresas estatais, por outro lado, a Taxa de Abertura revelou resultados baixos, demonstrando que o governo brasileiro adota medidas protecionistas para incentivar as exportações. Com relação aos países exportadores da lagosta o Índice de Vantagem Comparativa Revelada revelou que o Brasil tende a apresentar maior penetração com tendência decrescente neste segmento. Já a relação com seu principal parceiro comercial, nos últimos anos têm perdido competitividade nas vantagens comparativas.

Palavra-chave: Competitividade, exportações, lagosta.

SUMÁRIO

RESUMO	4
LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE TABELAS	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REVISÃO DAS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL	10
2.1 Teoria das Vantagens Absolutas.....	10
2.2 Teoria da Vantagem Comparativa.....	11
2.3 Modelo Hechser-Ohlin	12
2.4 Revisão Empírica	13
3 METODOLOGIA.....	17
3.1 Fonte de Dados	17
3.2 Indicadores de Comércio Internacional	18
4 CENÁRIO DO PESCADO NO MUNDO	20
4.1 Evolução da Produção de Pescado no Mundo.....	20
4.1.1 Práticas na Indústria pesqueira: capturar ou cultivar?	22
4.2 Comércio internacional do pescado	27
4.2.1 Destino global das exportações de pescado brasileiro	27
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	32
5.1 Grau de abertura da economia brasileira	32
5.2 Competitividade das Exportação de Lagosta brasileira	35
5.2.1 Indicador de Competitividade das Exportação da Lagosta	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Barco de pesca profissional 23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção do Pescado e produtos marinhos no Mundo de 1997 – 2016 .	21
Gráfico 2 - Evolução da Captura Mundo de 1997 – 2016	24
Gráfico 3 - Evolução da Aquicultura Mundo de 1997 – 2016.....	24
Gráfico 4 - Exportações Brasileiras – setor pescado período 1997 – 2016	28
Gráfico 5 - Comparação das Importações Globais período 2001 - 2016	29
Gráfico 6 - Comparação das Importações Globais período 2001 - 2016	29
Gráfico 7 - Importações Brasileiras – setor Pescado período 1997 - 2016.....	31
Gráfico 8 - Grau de abertura da economia brasileira – período 1997 a 2016	32
Gráfico 9 – Produção de Lagosta (Panulirus argus) do Brasil de 1997 - 2016	36
Gráfico 10 - Participação dos estados brasileiros na exportação da lagosta	37
Gráfico 11 - Evolução da VCR para o segmento lagosta, entre 1997 a 2016.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média dos Principais países produtores de pescado mundial 1997– 2016.....	21
Tabela 2 – Aquicultura no mundo, Brasil e MERCOSUL – período 1997 - 2016	25
Tabela 3 - Pesca Extrativa no mundo, Brasil e MERCOSUL - período 1997 - 2016.	26
Tabela 4 - Destino das Exportações Brasileiras de Pescado - período 1997 - 2016	28
Tabela 5 - Origem das Importações Brasileira de Pescado período 1997 - 2016	30
Tabela 6 - Media do volume exportado no período 1997 a 2016.....	37
Tabela 7 - Sistema Harmonizado	38
Tabela 8 - Resultados da VCR para o segmento lagosta, entre 1997 a 2016	48
Tabela 9 - Dez principais destinos das exportações de lagosta brasileira – período de 1997 a 2016.....	39

1 INTRODUÇÃO

O comércio internacional é de suma importância para os países. As relações são importantes, pois corroboram para o aumento do fluxo de comércio entre as nações propiciando acúmulo de riqueza. Por meio de acordos os países realizam trocas voluntárias de bens e serviços excedentes que outros países não produzem (SOUSA, 2009).

A globalização dos mercados afetou a produção mundial, exigindo novas sistemáticas que diminuíssem tempo, baixassem custos e aumentassem a quantidade de produtos. Isso repercutiu no surgimento da racionalização dos fatores tradicionais de produção (terra, trabalho e capital), recursos estes que são indispensáveis para estimar a formação do preço de bens e serviços. O mercado internacional exige uma maior competitividade quanto à qualidade e preço dos produtos a serem negociados neste mercado. Os pescados têm potencial para combater a desnutrição e a insegurança alimentar em diversos países do mundo (FAO, 2011). A grave crise do uso da lagosta revelou a necessidade de adotar um plano de gestão do uso sustentável que preserve recursos naturais (IBAMA, 2008).

A partir destas evidências tem-se como questão de pesquisa: como a competitividade do setor pesqueiro do Brasil no período de 1997 a 2016 pode contribuir para a exportação da lagosta brasileira? Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar como a análise da competitividade do setor pesqueiro do Brasil pode contribuir para a exportação da lagosta brasileira, no período de 1997 a 2016, tendo como benefício um critério para realização de troca entre os países com base nos estudos das vantagens comparativas do autor David Ricardo. Tem-se como objetivos específicos (i) fornecer uma visão geral do cenário do pescado no mundo, (ii) determinar a vantagem comparativa e competitiva da lagosta brasileira e (iii) identificar as decisões políticas macro e micro que influenciam nos níveis de relação comerciais.

Este estudo está dividido em cinco capítulos textuais, além desta introdução. A seguir, no capítulo 2, revisam-se as teorias de comércio internacional e alguns estudos empíricos sobre o tema. Na sequência, no capítulo 3, apresenta-se a metodologia utilizada nesta pesquisa. O capítulo 4 traça o panorama da indústria do pescado no mundo. No capítulo 5, discute-se a análise dos resultados. Por fim o último capítulo apresenta as considerações finais.

2 REVISÃO DAS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

O presente capítulo expõe as teorias desenvolvidas a respeito das relações de troca de bens e serviços entre os países. Conforme Sousa (2009), as teorias do comércio internacional elucidam a motivação para os países realizarem trocas. Dentre elas, podemos citar a Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith, que é quando um dos países produtores de um mesmo bem possui produtividade maior que o outro. A Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo diz que o país deverá se especializar na produção do bem que ele tenha uma vantagem comparativa, ou seja, uma desvantagem absoluta inferior, e por fim a teoria de Heckscher-Ohlin que compara as diferenças estruturais e recursos naturais de cada país.

Os mercantilistas foram os que primeiro estudaram as correntes de trocas; para eles os ganhos eram obtidos pela movimentação das mercadorias e a riqueza das nações (SOUSA, 2009, p. 34).

O mercantilismo durou cerca de 250 anos. Ao longo deste tempo a política econômica adotada baseava-se nas exportações de excedentes. Esta política permitia gerar divisas e acumular metais preciosos. O saldo da balança comercial deveria sempre ser positivo (exportações maiores que importações). Quanto maior a quantidade acumulada de metais preciosos, maior seria a riqueza da nação (SOUSA, 2009).

A teoria do comércio internacional possui vieses nas teorias clássicas. De acordo com Caves (2001) as políticas econômicas são complicadas e conflitantes porque os países tendem a buscar ganhos de comércio e ao mesmo tempo proteger a produção nacional, portanto as relações entre os países são complexas o que dificulta a dinâmica do comércio mundial. Muitos teóricos são incapazes de explicar a diferença e a evolução das trocas de bens entre os países (LANG, 2015).

2.1 Teoria das Vantagens Absolutas

A Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith, diz que quando um dos países produtores de um mesmo bem possui produtividade maior que o outro, ele possui uma vantagem absoluta (SOUSA, 2009). De acordo com Sousa (2009) e Carvalho (2007) o fator de produção principal é o trabalho. Carvalho (2007) ainda afirma que a diferença de produção está na especialização do trabalho. Para ele

quanto maior a especialização maior será a vantagem do país em relação ao outro. Esta especialização garante um acúmulo maior de divisas.

Para Adam Smith, a falha dos mercantilistas foi não perceber que uma troca deve beneficiar as duas partes envolvidas no negócio, sem que se registre necessariamente, um déficit para uma das nações envolvidas. (CARVALHO, 2007, p. 5).

A teoria das vantagens absolutas de Adam Smith esclarece que cada país deve concentrar seus esforços no que pode produzir a custo baixo e trocar o excedente por outro produto que não possua vantagem absoluta (SOUSA, 2009).

A teoria explica que para que haja condições necessárias para um comércio vantajoso entre duas nações, deve haver diferença de custos de produção destes bens entre os países. Sendo assim, seria mais fácil adquirir itens produzidos em outras economias. Aquele país que possuir uma especialização em sua produção poderá produzir e oferecer a um preço de custo inferior ao dos concorrentes. Os preços competitivos permitem que o país em questão possa ter ganhos de comércio uma vez que seus produtos serão mais baratos, o que fará com que a demanda dos consumidores aumente (CARVALHO, 2007; MAIA, 2014).

2.2 Teoria da Vantagem Comparativa

A Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo diz que um país tem vantagem comparativa na produção de uma mercadoria quando o mesmo estiver produzindo de maneira mais eficiente e com custo menor em relação ao outro país. Portanto, este país deverá se especializar na produção do bem que ele tenha uma vantagem comparativa, ou seja, uma desvantagem absoluta inferior, onde os custos de produção sejam menores para que possa haver uma relação de troca entre ambos os bens que eles não irão produzir (CARVALHO, 2007; SOUSA, 2009).

David Ricardo, em sua obra *The principles of political economy and taxation*, publicado em 1817, fundamentou o seguinte princípio: “Se na ausência de comércio os preços relativos de dois bens diferem de um país para outro, então os dois países podem beneficiar-se mutuamente de uma troca de bens com relações intermédias de preço” (SOUSA, 2009, p. 37).

Uma nação que não apresentasse vantagem absoluta na produção dos bens A e B, não cessaria as trocas com o exterior, porque mesmo que o país não tenha uma vantagem absoluta na produção de nenhum bem, ele poderia ter uma vantagem comparativa em um dos bens a serem trocados (CARVALHO, 2007).

A teoria das vantagens comparativas pode ser explicada pelo custo de oportunidade que é um processo de escolha onde os países sacrificam a produção de um determinado produto e opta por outro que lhe garanta um menor custo na produção e maior lucro. Ou seja, o custo de oportunidade seria a quantidade de um bem que precisa ser sacrificada para se produzir uma unidade adicional de outro bem. Este processo permite que os países aumentem seus excedentes de divisas e possam demandar os produtos que não são produzidos com eficácia (CARVALHO, 2007).

Para uma produção eficaz devemos levar em consideração a importância de outro fator como a matéria-prima, que encarece os custos na produção dos bens. Os modelos anteriores não preveem os custos fixos e móveis. Krugman (2015) cita o Modelo de Fatores Específicos como sendo a evolução do modelo ricardiano onde são incluídos 3 fatores: mão de obra, capital e terra.

O modelo ricardiano não permite nenhum espaço para as diferenças de recursos entre os países como causa de comércio, perdendo, assim, um aspecto importante do sistema de comércio. Por fim, negligencia o possível papel das economias de escala como causa do comércio, que o torna incapaz de explicar os grandes fluxos de comércio entre nações aparentemente similares (KRUGMAN, 2015, p. 38).

2.3 Modelo Hechser-Ohlin

A teoria de Heckscher-Ohlin compara as diferenças estruturais e recursos naturais de cada país. Para Krugman (2015) a escolha do insumo dependerá do custo com mão de obra e capital, uma vez que determinados insumos dependem de mão de obra especializada e tecnologia avançada.

A diferença crucial com os modelos anteriores era que a função de produção de cada mercadoria considerava apenas capital e mão de obra em cada setor. Em contrapartida, as novas teorias além de considerar capital e mão de obra também incluem a dotação dos fatores produtivos, como a disponibilidade de solo e clima (KRUGMAN, 2015). “Cada país se especializa e exporta o bem que requer utilização mais intensiva de seu fator de produção abundante” (CARVALHO, 2007, p. 25).

O custo de oportunidade permite que o país escolha qual a intensidade no uso dos fatores. Um país que tenha terras abundantes como o Brasil terá uma vantagem em sua produção de grão de soja. Já o país que tenha pouca extensão de terras como Cingapura na Ásia, onde tem capital superior ao Brasil, não irá se igualar a produtividade brasileira, portanto este país irá se especializar em bens de capital,

onde possa transformar este produto e incorporar valor agregado ao bem que lhe possibilite uma vantagem comparativa, como por exemplo o óleo de soja.

Os fatores mão de obra, capital e terra são comercializados indiretamente por meio de importação e exportação. Um país que tem oferta abundante de mão de obra qualificada e barata exigirá uma maior concorrência por vagas de emprego. Esta procura em excesso faz com que a remuneração seja menor para os trabalhadores e geram custos menores para as empresas que irão se especializar com base no preço da função de produtividade. Enquanto isso, o outro país que tenha mão de obra escassa irá se especializar no capital e usar sua tecnologia em busca de uma vantagem física com maquinários de última geração que produzam mais com menores custos de produtividade. Isso permitirá que por meio das exportações e importações de bens eles permutem indiretamente os fatores de produção (CARVALHO, 2007).

2.4 Revisão Empírica

A seguir apresenta-se uma breve revisão de alguns estudos realizados pelos autores Carvalho, Araújo e Pinheiro (2010), Lang (2015), Polymeros, Tsakiridou e Mattas (2005), Kildilok (2009), Coxhead (2007), Kiete e Sumalde (2008). Estes autores investigaram a vantagem comparativa revelada das exportações de diversos países do setor de pescado.

Carvalho, Araújo e Pinheiro (2010) analisaram as vantagens comparativas e o desempenho das exportações brasileiras de pescado para o mercado dos Estados Unidos no período de 2000 a 2008. Nesse período, o Brasil era visto com melhores condições de atender a demanda mundial de pescado por ser um dos maiores produtores e exportadores de pescados. Com base no índice de vantagem comparativa revelada – VCR, os autores observaram que os produtos que apresentaram vantagem comparativa na pauta exportadora foram os peixes congelados inteiros, com uma participação de 6,87%, frescos e/ou refrigerados, 15,46%, e crustáceos, com 72%. Em relação aos produtos com desvantagens comparativas, os autores encontraram os peixes vivos, 0,58%, os filés de peixe, incluindo as carnes de peixe sem miúdos, 4,53%, o peixe salgado defumado para consumo humano, 0,02%, e os moluscos, 0,04% (CARVALHO, ARAÚJO, PINHEIRO, 2010).

Lang (2015) realizou a análise da competitividade do setor de pescado brasileiro no período de 2000 a 2011, analisando dois segmentos, Camarão e Lagosta. No período analisado, o Brasil se destacava entre os maiores produtores e exportadores de camarão. Com base no índice de vantagem comparativa revelada – VCR, o Brasil apresentou vantagem comparativa distinta para os dois segmentos de crustáceos. O índice para a lagosta brasileira apresentou menor penetração no mercado externo, ocorreu uma variação negativa no período analisado. Dentre os cinco principais parceiros comerciais, no ano de 2011 registraram uma VCR acima de 1,0, os Países Baixos (7,13), a Bélgica (5,20), o Vietnã (142,59) e a Indonésia (36,19). Já para o camarão brasileiro ocorreu o oposto, apresentou a maior penetração e ocorre gradualmente uma queda ao longo do ano analisado. O índice de vantagem comparativa revelada permite observar que, em 2000, o índice era de 0,51, diminuindo para 0,27, em 2011. Dentre os cinco principais parceiros comerciais do Brasil, o Japão, a Rússia e a China ficaram com o índice zerado. Os países que registraram índices acima de zero foram Mianmar (0,66, em 2000, para 0,59, em 2011) e Vietnã (1,64, em 2000, para chegar a 0,06, em 2011). Este estudo aponta, ainda, que os Emirados Árabes Unidos e a Espanha podem ser novos mercados em ascensão para os pescados brasileiros (LANG, 2015).

Polymeros, Tsakiridou e Mattas (2005) analisaram a competitividade das indústrias de pesca e aquicultura no mediterrâneo na União Europeia. O estudo investigou a competitividade no período de 1993 a 2003 com base no índice da vantagem comparativa revelada. Os resultados identificaram os países com maior atuação nas 6 categorias de produtos: SH0302 (peixes frescos ou refrigerados, exceto os filés (filetes*) de peixes e outra carne de peixes da posição 0304), SH0303 (peixes congelados, exceto os filés (filetes*) de peixes e outra carne de peixes da posição 0304), SH0304 (filés (filetes*) de peixes e outra carne de peixes (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados), SH0305 (peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes defumados (fumados), mesmo cozidos antes ou durante a defumação; farinhas, pós e pellets, de peixe, próprios para alimentação humana), SH0306 (crustáceos, mesmo com casca, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; crustáceos, mesmo com casca, defumados (fumados), mesmo cozidos antes ou durante a defumação; crustáceos com casca, cozidos em água ou vapor, mesmo refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; farinhas, pós e pellets de crustáceos, próprios para alimentação humana),

SH0307 (moluscos, mesmo com concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; moluscos, mesmo com concha, defumados (fumados), mesmo cozidos antes ou durante a defumação; farinhas, pós e pellets de moluscos, próprios para alimentação humana). Os cinco principais países que apresentaram destaque foram Grécia, Portugal, França, Itália e Espanha. Portugal tem uma vantagem comparativa em peixes frescos, congelados e em moluscos. A França e a Itália em peixes frescos e em moluscos. A Espanha em peixes congelados e em moluscos, enquanto a Grécia tem uma vantagem comparativa apenas em peixe fresco. Além disso, nenhum dos cinco países possui vantagem comparativa em filés de peixe, filés defumados ou crustáceos. Ao longo do período de estudo quase todos os países alteraram a sua posição devido o nível de competitividade entre os produtos da pesca. A contribuição para esta alteração de posição é que os países mediterrânicos apresentam um ambiente comercial volátil. Este tipo de ambiente afeta a pesca e a aquicultura porque as indústrias possuem um funcionamento dinâmico em suas economias (POLYMEROS, TSAKIRIDOU, MATTAS, 2005).

Kuldilok (2009) realizou uma análise econômica da indústria de peixes do Atum da Tailândia no período de 1996 a 2006. A investigação apontou que entre o período de 2000 a 2004 a Tailândia possuía vantagem comparativa revelada como maior exportadora de conservas de atum, onde seus principais destinos foram Estados Unidos e Canadá. Esta vantagem se deu porque os tailandeses possuem grande capacidade produtiva, baixos custos trabalhistas, qualidade do produto, alta tecnologia de processo que possibilita ter um menor custo unitário da produção, além de boas instalações de produção, novos e grandes armazéns refrigerados e boa infraestrutura portuária. Já a desvantagem comparativa revelada foi para Austrália, Europa, Oriente Médio e Japão. Esta desvantagem seria decorrente de barreiras tarifárias e regras de origem das matérias primas que foram impostas por estes países (KULDILOK, 2009).

Coxhead (2007) investigou a relação bilateral entre China e Sudeste da Ásia com base no modelo das vantagens comparativas (VCR). O rápido crescimento da China e integração com os mercados globais, afetou negativamente as economias dos países mais pobres do sudeste asiático, estes estão perdendo vantagem comparativa, no uso intenso de mão de obra, mas por outro lado estão ganhando quanto ao uso de recursos naturais, dependendo da riqueza dos países, estes optam por investir em recursos naturais ou tecnologia. Os países asiáticos foram

beneficiados por acordos bilaterais e com as restrições por programas nacionais chineses, aumentou a procura por recursos naturais. Os países mais pobres (Indonésia, Vietnã, Laos, Camboja e Myanmar) obtiveram uma vantagem em relação aos mais ricos como Singapura, Malásia, Filipinas e Tailândia, porque incentivaram as commodities. Mas por outro lado há uma preocupação no longo prazo, com a expansão industrial baseada no uso de recursos naturais, que pode levar a um esgotamento dos mesmos, por causa de uma falta de gestão política voltada para preservação e sustentabilidade do meio ambiente (COXHEAD, 2007).

Kiete e Sumalde (2008) analisaram a vantagem comparativa e competitiva da indústria de camarão na região do delta do Rio Mekong, no Vietnã, no período de 2001 a 2005. Na pauta das exportações, o camarão congelado contribuiu com 44% do valor total das exportações da pesca, isto representa 23% do volume total de exportação. Com base nas vantagens comparativas revelada – VCR, os autores identificaram que o camarão congelado vietnamita possui destaque relevante no mercado internacional de crustáceos. Os principais consumidores dos produtos da pesca foram EUA, Japão e Europa. A vantagem das exportações de camarão do Vietnã em relação ao resto do mundo foi muito forte, chama a atenção o ano de 2003, a vantagem registrada para aquele período é de uma taxa em 66,34. A produção pesqueira no Vietnã é afetada pelas políticas micro e macro que regem a taxa de câmbio, taxa de juros e redução de impostos de importação. Dada a tomada de decisão, reflete diretamente nos fatores de produção que influenciam a competitividade e a lucratividade da indústria uma vez que preço do insumo (ração) e taxa do salário (mão de obra) são determinantes para formação do preço competitivo do camarão no mercado nacional e internacional (KIET E SUMALDE, 2008).

3 METODOLOGIA

Nesta seção, pretende-se mostrar os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa. Primeiramente abordou-se os critérios para delinear as coletas de dados estatísticos. Com base nos indicadores de comércio internacional foi possível realizar a coleta de dados secundárias de forma concisa e direta, para que fosse possível mensurar os resultados dos indicadores de comércio exterior.

3.1 Fonte de Dados

Este trabalho foi realizado por meio de coleta de dados secundários disponibilizados em diversas instituições. As fontes de coleta de dados utilizadas foram Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) – Portal *ComexStat* e Organização das Nações Unidas (ONU) – Portal *Comtrade*. Além de informações de outros órgãos, como: *International Trade Center* (ITC) – Portal *Trade Map*, *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) – Portal *Fishery*, *The World Bank* – Portal *DataBank*.

Foram acessados documentos nacionais e internacionais publicados no período de 1997 a 2016. A escolha desse período deu-se devido o Brasil ter sofrido diversos planos econômicos nos Governos de FHC, Lula e Dilma, para promover as exportações brasileiras no comércio internacional.

A classificação das mercadorias utilizadas teve como base a nomenclatura do sistema harmonizado (SH) das categorias 03 e 16. Para delinear melhor os resultados do trabalho, a lagosta foi SH das categorias específicas 030611, 030612, 030621, 030622, 030629 por ser o principal seguimento do setor dos pescados. Os valores são baseados na INCOTERM FOB¹ das exportações e importações de pescados mundiais, em dólares americanos, (US\$), entre os anos de 1997 a 2016.

O cálculo do índice da vantagem comparativa revelada foi realizado para os dez principais países exportadores de lagosta no mundo, com base na medias de exportações realizadas durante o período de 1997 a 2016. Os dados utilizados para

¹INCOTERMS (*International Commercial Terms*) são termos que regulam apenas a relação entre comprador e vendedor, sendo publicados pela Câmara Internacional de Comércio (ICC). FOB significa livre a bordo no porto de origem (SOUSA, 2009).

delimitação dos fluxos de exportação para este período, foram coletados e elaborados a partir da base de dados das Nações Unidas para o comércio (UNCONTRADE, 2018).

3.2 Indicadores de Comércio Internacional

Os indicadores calculados aqui permitem a análise de uma possível existência de vantagens de comércio que o país em questão possa ter em relação aos estrangeiros. Os indicadores a serem utilizados permitem identificar abertura, tendência e competitividade no comércio internacional.

Com base nos métodos abordados por Sousa (2009), Lang (2015) e Ferreira e Capitani (2017), calculamos os seguintes indicadores: Grau de Abertura Total (GAT), Taxa de Abertura (TA), Vantagem Comparativa Revelada (VCR). Todos os indicadores são apresentados abaixo.

a) **O Grau de Abertura Total (GAT)** é o índice que demonstra o grau de abertura que o país mantém no comércio internacional. É calculado pela seguinte fórmula (1):

$$GAT = \frac{(X + M)}{PIB} \quad (1)$$

Onde X representam as exportações totais do país, M as importações totais e PIB é o produto interno bruto (é a soma de todos os bens e serviços produzidos num país em um determinado tempo).

O resultado desse índice mostra as relações comerciais que o país tem com o exterior. É possível interpretar o grau de abertura de duas maneiras: primeiramente se existir menor concentração de corrente de comércio ($X+M$) sobre o PIB , maior será o enfraquecimento do setor externo nacional, uma vez que o setor apresenta um maior protecionismo comercial e conseqüentemente esta proteção inibe a diversidade de bens, porque existe uma menor circulação de bens. Mas por outro lado, se o índice apresentar maior concentração de corrente de comércio à uma maior abertura para o comércio e isto possibilita uma maior circulação de bens, permitindo que os consumidores tenham acesso a uma maior diversificação de bens.

b) **A Taxa de Abertura (TA)** é o índice que demonstra o grau de abertura que o país mantém no comércio internacional, trata de quanto o país importa em relação ao seu PIB. É calculada pela seguinte fórmula (2):

$$TA = \frac{M}{PIB} \quad (2)$$

Onde M representa as importações totais e PIB o produto interno bruto.

Quando o resultado apresentar uma maior taxa, o grau de liberdade comercial será maior, caso contrário, se a taxa for menor indicará um maior protecionismo dentro do país.

c) **A Vantagem Comparativa Revelada (VCR)** é o índice que demonstra a especialização que o país mantém no comércio internacional. Trata de quanto o país está especializado em um determinado produto em relação a outro país. É calculado pela seguinte fórmula (3):

$$VCRi_j = \frac{\left(\frac{X_{ij}}{X_j}\right)}{\left(\frac{X_{iz}}{X_z}\right)} \quad (3)$$

Onde X_{ij} representam as exportações do produto (i) pelo país (j), X_j exportações totais do país (j), X_{iz} as exportações mundiais (z) do Produto (i) e X_z as exportações totais (z) do mundo.

Quando o índice apresentar resultados acima da unidade, o produto tende a ter uma maior penetração no comercio internacional caso contrário terá menor penetração. Quanto a comparar-se o resultado entre países, o resultado da equação permite identificar se o produto em questão de um determinado país possui vantagem comparativa em relação a outro país.

4 CENÁRIO DO PESCADO NO MUNDO

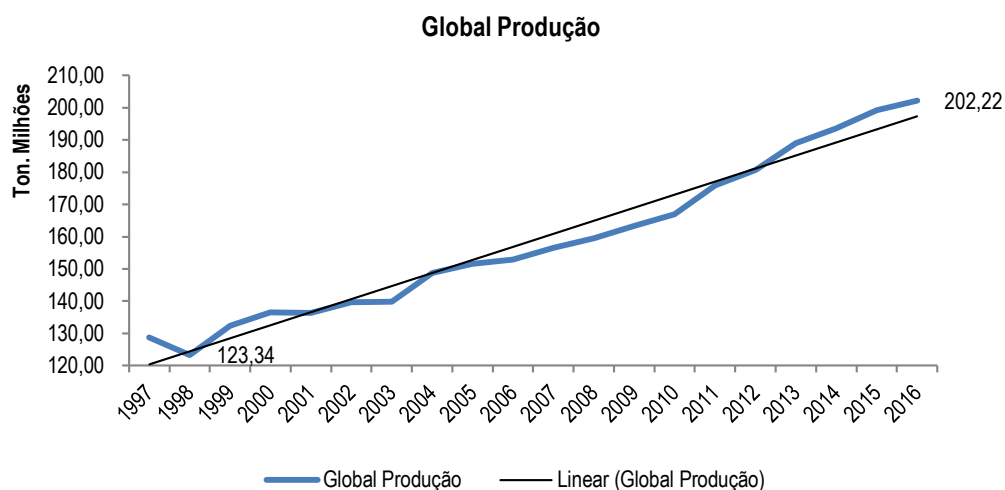
O comércio internacional vem crescendo há décadas. Os países formalizaram acordos econômicos para recuperar suas economias devastadas pela guerra. Desde então a quantidade de produtos consumidos pela população mundial tem aumentado.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em seu relatório no ano de 2006, mais de 75% da produção mundial de peixe foi consumida. Em média o consumo per capita é de 16,7 quilos. A perspectiva para 2030 é que o consumo de peixes alcance em torno de 20 quilos por pessoa.

Dado o crescimento do consumo torna-se importante ressaltar que os recursos naturais são exauríveis e a preocupação com o meio ambiente é de suma importância. Os oceanos do mundo e os seus ecossistemas são frágeis e limitados e podem ser protegidos e conservados por meio de uma gestão responsável para que as futuras gerações possam consumir também os recursos naturais (FAO, 2008).

4.1 Evolução da Produção de Pescado no Mundo

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no ano de 1997, a produção de pescado no mundo foi de 128,76 milhões de toneladas, no ano seguinte a oferta apresentou queda de 4%. No entanto, ao longo do período analisado (1997 – 2016), a oferta apresentou tendência geral de crescimento. Analisando o período de 1998 – 2016, observa-se que a produção mundial de pescados e produtos marinhos alcançou 123,34 milhões de toneladas em 1998. Já no ano de 2016, a produção alcançou 202,22 milhões de toneladas, atingindo um crescimento de 64% no período.

Gráfico 1: Produção do Pescado e produtos marinhos no Mundo de 1997 – 2016

Fonte: Elaboração própria, com dados da FAO (2018).

Conforme o gráfico 1, a linha de tendência linear mostra que o setor apresentou variação positiva no período. A tabela 1, conforme os dados disponíveis pela FAO, apresenta os principais países produtores do setor de pescado mundial que se destacaram no período analisado. Em primeiro lugar se destacou a China, sua produção apresentou uma média anual de 57,169 milhões de toneladas, o que representa uma participação no segmento de 34,16%. Na segunda posição temos o a Indonésia com 10,516 milhões, seguido por México, 9,821 milhões, Índia, 7,436 milhões e Peru, 6,912 milhões. No ranking dos principais países, os cinco primeiros países são emergentes. O primeiro país desenvolvido aparece apenas na sexta colocação: é o Japão, com 5,638 milhões de toneladas produzidas. Uma hipótese para este fato pode estar relacionada com o déficit de alimentos dos países de baixa renda.

Tabela 1: Média dos Principais países produtores de pescado mundial 1997– 2016

Posição	País	Toneladas	Posição	País	Toneladas
1°	China	57.169.985,95	6°	Japão	5.638.856,40
2°	Indonésia	10.516.688,75	7°	Estados Unidos	5.120.094,70
3°	México	9.821.744,45	8°	Chile	4.590.931,15
4°	Índia	7.436.880,05	9°	Filipinas	4.069.199,80
5°	Peru	6.912.095,65	10°	Rússia	4.027.216,85

Fonte: Elaboração própria, com dados da FAO (2018).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), nas últimas cinco décadas a produção mundial de pescado tem apresentado uma taxa anual crescente média de 3,2%. Estimativas preliminares

apontam que o consumo mundial de pescado por habitante tem se caracterizado por tendência linear crescente. Em 1960, a média era de 9,9kg, seguindo este padrão de crescimento até o ano de 2012 o consumo apresentou uma média de 19,2 kg. A FAO relata que possíveis causas deste aumento se dão pela combinação do crescimento populacional, aumento na renda e urbanização e a expansão dos canais de distribuição mais eficientes (FAO, 2014).

4.1.1 Práticas na Indústria pesqueira: capturar ou cultivar?

Em 1998 a ONU promoveu o “Ano do Oceano” em parceria com cientistas marinhos de diversas nacionalidades ao redor do mundo. Neste ano foi emitida uma declaração chamada de Águas Turvas. O anúncio revelou que o ser humano ameaça a saúde dos oceanos por meio do esgotamento do estoque pesqueiro, introdução de espécies alienígenas, poluição, crescimento da população costeira e alterações climáticas (DIAS, 2003).

O esgotamento dos estoques pesqueiros pode estar associado às formas de manejo. Os manejos podem ser divididos por captura ou aquicultura, onde a captura é baseada na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural. Já o manejo por aquicultura é baseado no cultivo de organismos aquáticos num espaço confinado e controlado (EMBRAPA).

a) Captura

A pesca industrial se caracteriza pela produção em larga escala e é fortemente influenciada pela demanda do mercado, focando na captura de espécies mais rentáveis (lucrativas). Com o desenvolvimento da pesca industrial no século XX, novas tecnologias tornaram as embarcações mais rápidas, seguras e autônomas, permitindo uma maior diversificação das regiões oceânicas onde a exploração era desfavorável para a prática de capturas. A figura 1 mostra um exemplo de um barco pesqueiro profissional utilizado nas práticas de capturas marinhas.

Figura 1: Barco de pesca profissional



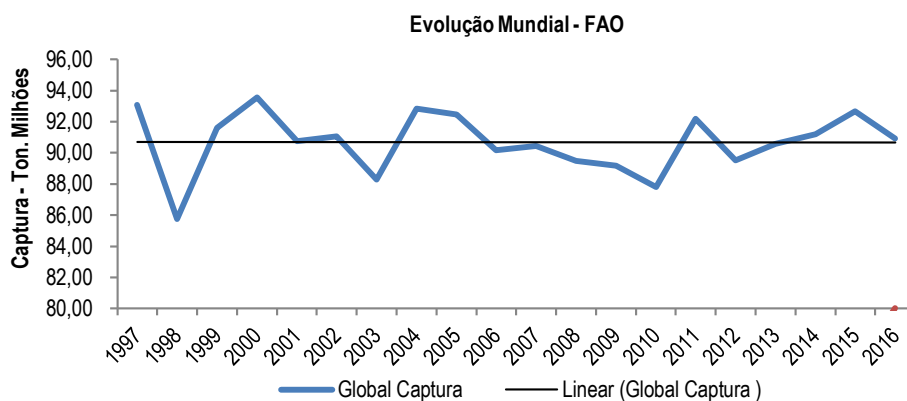
Fonte:InfoEscola. Foto: cybercrisi / Shutterstock.com

De acordo com Dias (2003), a declaração Águas Turvas alerta que cerca de 25% das espécies de peixes oceânicos são super exploradas e estão à beira da exaustão. Em torno de 60% dos bancos de corais estão em risco, ameaçando o bem-estar de mais de duzentos milhões de comunidades costeiras que dependem da pesca em todo o mundo (DE PAULA, 2009).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em conjunto com a ONU Meio Ambiente, está alertando para o perigo da “pesca fantasma” na vida marinha. Conforme a ONU News (2018) a negligência dos pescadores está pondo em risco os recursos naturais. Um exemplo são os equipamentos perdidos ou abandonados nos oceanos que permanecem capturando espécimes.

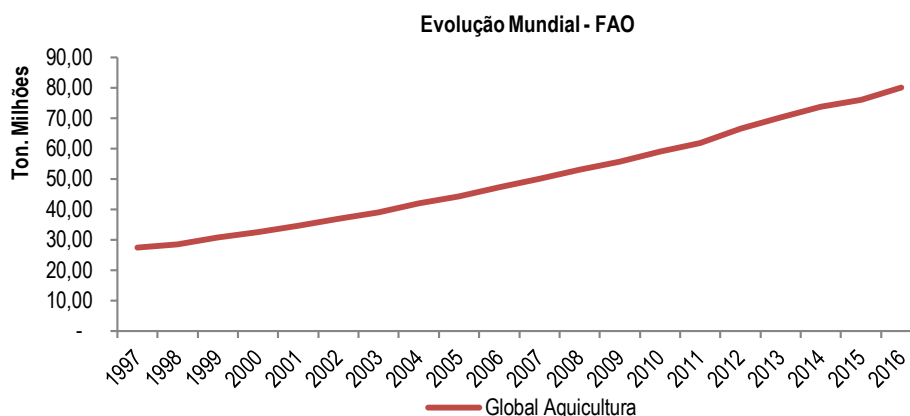
b) Aquicultura

A aquicultura é uma prática antiga que se iniciou na China, Mesopotâmia e Egito há milhares de anos. No início o sistema de cultivo de peixe mais utilizado era da espécie de água doce à “carpa”, com o passar dos anos, com o efeito da modernização, o sistema de cultivo da aquicultura evoluiu permitindo que ocorresse a diversificação do cultivo de novos espécimes – peixes, moluscos, crustáceos e plantas aquáticas etc. – passando assim a abranger várias regiões, tanto de águas marinhas quanto de água doce (MMA, 2007).

Gráfico 2: Evolução da Captura Mundo de 1997 – 2016

Fonte: Elaboração própria, com dados da FAO (2018).

A pesca extrativa tem sido há décadas o principal meio de produção da indústria pesqueira. Mas nos últimos anos a prática da aquicultura tem aumentado (MMA, 2007), como demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3: Evolução da Aquicultura Mundo de 1997 – 2016

Fonte: Elaboração própria, com dados da FAO (2018).

O crescimento deste manejo tem afetado de forma positiva a relação entre estas práticas, ao longo dos anos vem diminuindo esta diferença. No ano de 2016 a diferença entre estas práticas ficou em torno de 10,879 milhões de toneladas, a menor diferença nestes 19 anos. Quanto à prática de capturas, pouco se alterou ao longo destes 19 anos. O gráfico 2 demonstra que esta prática está estagnada, mas mesmo assim se manteve como a maior quantidade no ano de 2016, cerca de 90,9 milhões de toneladas, se compararmos com o ano anterior a variação foi de queda de 2%.

c) Comparação das Práticas de Aquicultura e Captura: Mundo, Brasil e Bloco Regional MERCOSUL

A aquicultura tem apresentado crescimento positivo ano após ano. A tabela 2 mostra a participação do bloco regional do MERCOSUL e do Brasil em relação ao mundo no cultivo da aquicultura. Percebe-se que este crescimento positivo afetou os três grupos analisados. O desempenho deste segmento entre os anos de 1997 até 2016 apresentou variação positiva uma vez que a análise da participação brasileira para o ano de 1997 representava 32%, o crescimento foi de 41%, onde em 2016 atinge, 73%. Já o MERCOSUL, em 1997 era 33%, seguindo a tendência de crescimento até 2016 onde apresentou 74%.

De acordo com a FAO (2011) a aquicultura tem potencial para combater a pobreza e insegurança alimentar (ONUBR, 2011). O manejo praticado de forma sustentável preserva a qualidade os recursos explorados. Além disso, o mercado internacional exige uma qualidade melhor que à concorrência.

Tabela 2: Aquicultura no mundo, Brasil e MERCOSUL – período 1997 – 2016

GLOBAL		BRASIL		MERCOSUL	
Ano	Toneladas	Toneladas	Part.%	Toneladas	Part.%
1997	27.321.751,00	87.676,00	0,32	89.359,00	0,33
1998	28.412.542,00	103.915,00	0,37	105.069,00	0,37
1999	30.731.140,00	140.657,00	0,46	142.001,00	0,46
2000	32.417.727,00	172.450,00	0,53	174.422,00	0,54
2001	34.613.781,00	205.568,00	0,59	207.495,00	0,60
2002	36.786.228,00	247.678,00	0,67	250.152,00	0,68
2003	38.913.202,00	273.268,00	0,70	276.239,00	0,71
2004	41.908.994,00	269.699,00	0,64	273.669,00	0,65
2005	44.297.959,00	257.784,00	0,58	262.010,00	0,59
2006	47.256.695,00	271.697,00	0,57	276.512,00	0,59
2007	49.940.889,00	289.048,00	0,58	294.386,00	0,59
2008	52.914.703,00	331.233,00	0,63	336.419,00	0,64
2009	55.690.829,00	364.607,00	0,65	369.844,00	0,66
2010	58.962.053,00	411.047,00	0,70	416.744,00	0,71
2011	61.796.344,00	435.354,00	0,70	443.554,00	0,72
2012	66.443.023,00	480.150,00	0,72	488.600,00	0,74
2013	70.154.486,00	477.022,00	0,68	487.514,00	0,69
2014	73.666.433,00	563.500,00	0,76	575.218,00	0,78
2015	76.053.701,00	574.500,00	0,76	586.844,00	0,77
2016	80.030.862,00	580.500,00	0,73	592.740,00	0,74

Fonte: Elaboração própria, com dados da FAO (2018).

Já a pesca extrativa (captura) tem um comportamento distinto. Esta prática demonstra estar estagnada, como pode ser visto na captura global ao longo do período 1997-2016 na tabela 3. Em 1997 a Produção Global estava entorno de 93,096 milhões de toneladas, a estagnação se manteve ao longo dos anos, as sucessíveis oscilações por horas registram altas na produção e em outro momento registram queda na produção, esta afirmação reforça, a assertiva sobre a estagnação enfrentada pela prática de sobre pesca e, por fim, no final do período analisado registrou uma queda de 90,90 milhões de toneladas, para o ano de 2016.

Já quanto a participação brasileira em 1997 representou 0,69%, doze anos mais tarde, em 2009 atingiu, 0,93%, o maior crescimento ao longo dos dezenove anos analisados, por fim uma sequência marcante de quedas até a participação fechar 2016 em 0,78%. O MERCOSUL seguiu este mesmo cenário, em 1997 a participação apresentou 2,36% após sofrer longas quedas até que em 2016 apresentou uma participação de 1,68%. O período analisado foi marcado por sucessivas oscilações. Este cenário reflete a situação de crise vivida pelos recursos naturais, acerca dos estoques pesqueiros, que se encontram no limite de exploração.

Tabela 3: Pesca Extrativa no mundo, Brasil e MERCOSUL - período 1997 - 2016

GLOBAL	BRASIL			MERCOSUL	
	Ano	Toneladas	Part.%	Toneladas	Part.%
1997	93.096.538,00	644.585,00	0,69	2.198.189,00	2,36
1998	85.761.362,00	606.789,00	0,71	1.939.985,00	2,26
1999	91.602.741,00	603.941,00	0,66	1.824.551,00	1,99
2000	93.550.767,00	666.846,00	0,71	1.729.969,00	1,85
2001	90.768.684,00	730.378,00	0,80	1.791.441,00	1,97
2002	91.059.598,00	755.582,00	0,83	1.834.069,00	2,01
2003	88.290.212,00	712.144,00	0,81	1.763.013,00	2,00
2004	92.842.909,00	746.217,00	0,80	1.836.652,00	1,98
2005	92.465.094,00	750.261,00	0,81	1.827.816,00	1,98
2006	90.165.537,00	779.113,00	0,86	2.106.080,00	2,34
2007	90.448.361,00	783.177,00	0,87	1.897.508,00	2,10
2008	89.472.107,00	791.892,00	0,89	1.915.172,00	2,14
2009	89.182.565,00	825.412,00	0,93	1.786.858,00	2,00
2010	87.814.958,00	785.369,00	0,89	1.689.071,00	1,92
2011	92.176.886,00	765.393,00	0,83	1.664.970,00	1,81
2012	89.519.362,00	820.112,00	0,92	1.651.334,00	1,84
2013	90.573.418,00	765.286,00	0,84	1.712.187,00	1,89
2014	91.205.442,00	767.026,00	0,84	1.679.043,00	1,84
2015	92.655.917,00	700.000,00	0,76	1.590.840,00	1,72
2016	90.909.868,00	705.000,00	0,78	1.528.726,00	1,68

Fonte: Elaboração própria, com dados da FAO (2018).

De acordo com relatório sobre o Estado das Pescarias Mundiais, de 1995, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, 69% das principais espécies capturadas se encontravam, no início da década de 1990, em plena exploração, excesso de exploração, esgotamento ou se recuperando de tal nível de utilização (MELO, BARROS, 2006).

4.2 Comércio internacional do pescado

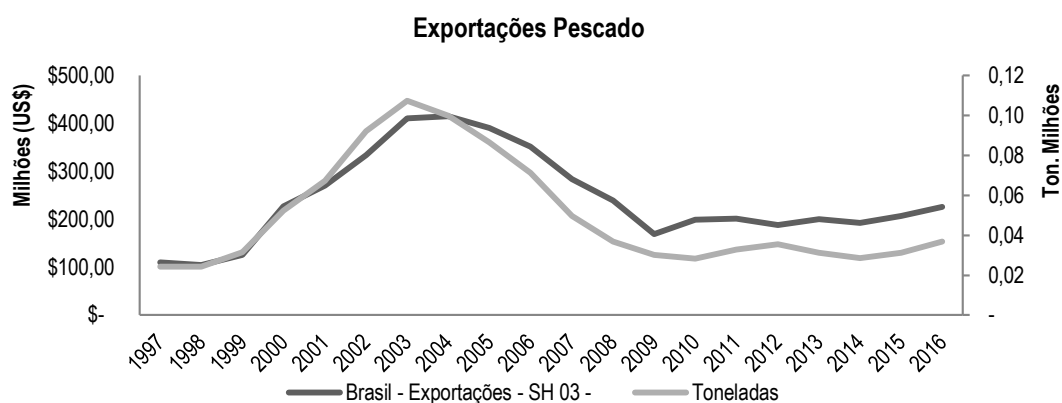
4.2.1 Destino global das exportações de pescado brasileiro

Com relação ao Brasil, conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (Decreto 9.013/2017 que estabelece normas na produção industrial de pescado), o país pode produzir todos os peixes, moluscos, crustáceos e anfíbios que possam ser usados para alimentação humana, tanto de água doce quanto salgada (MAPA, 2017).

O gráfico 4 demonstra o desempenho das exportações do pescado brasileiro, no período analisado (1997 – 2016). Destaca-se o ano de 2003, como crescimento das exportações, se deu pela recuperação da Argentina, abertura o mercado chinês e a forte desvalorização cambial e o crescimento dos volumes (IPEA, 2003).

No final do ano de 2003 os produtores americanos de camarão entraram com um pedido de *antidumping* no departamento de comércio americano. Em sua petição alegava-se que a venda dos produtos estrangeiros estava abaixo do preço de mercado caracterizando se uma prática de *dumping* por aqueles países. No final do ano de 2004, os Estados Unidos sobretaxaram os seis principais fornecedores de camarão - brasileiro, chinês, indiano, tailandês, vietnamita e equatoriano. Em média a sobretaxa foi de 10,40% para vendas do Brasil (ESTADÃO, 2004).

No gráfico 4 as exportações demonstraram redução tanto em valor quanto em volume. A evidência desta redução se trata pela adoção de prática protecionista dos Estados Unidos que afetaram diretamente a pauta das exportações brasileiras, uma vez que o principal destino das vendas de camarão era para os Estados Unidos.

Gráfico 4: Exportações Brasileiras – setor pescado período 1997 – 2016

Fonte: Elaboração própria, com dados do ComexStat (2018).

A tabela 4 mostra os principais parceiros comerciais do Brasil no ranking das exportações de pescados ao longo dos anos analisados. Destaca-se em primeiro lugar os Estados Unidos, com \$110,74 milhões, que representa uma participação de 45,7% das vendas brasileiras. Já na segunda colocação está a Espanha, este país é o primeiro colocado do continente europeu, com uma participação de 12,7% nas vendas, seguido pela França 11,9%. Os outros países deste continente são Holanda 2,2%, Portugal 1,9% e Itália 1,4%. Na quarta colocação do ranking dos países estão Japão que representa o continente da Ásia, sua participação atingiu 5,6% nas vendas, os outros países deste continente são Hong Kong 2,9%, Coreia do Sul 2,1%, China 1,6%. O Brasil era muito dependente das vendas para os Estados Unidos, mas, com o passar dos anos passou a não depender tanto destas vendas e diversificou-as.

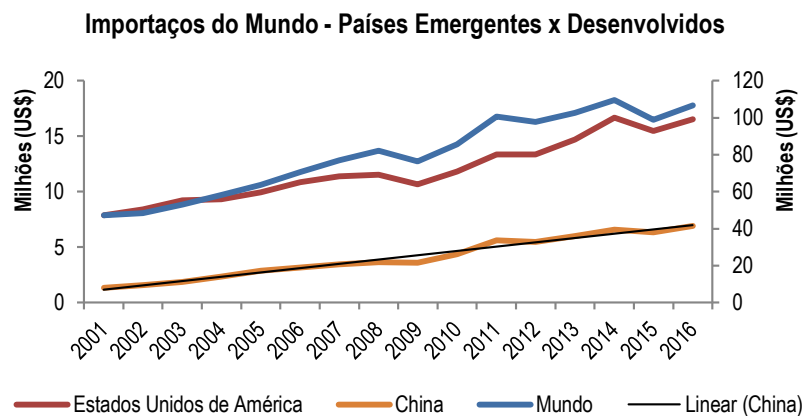
Tabela 4: Destino das Exportações Brasileiras de Pescado - período 1997 - 2016

Valor FOB (US\$)		Toneladas	
Países	Média anual	Países	Média anual
Estados Unidos	\$ 110.741.387,05	Estados Unidos	14.799,38
Espanha	\$ 30.766.187,90	Espanha	9.868,92
França	\$ 28.966.848,80	França	6.526,69
Japão	\$ 13.512.871,00	Coreia do Sul	2.134,51
Hong Kong	\$ 7.252.333,70	Japão	1.648,39
Países Baixos (Holanda)	\$ 5.407.805,60	Portugal	1.362,37
Coreia do Sul	\$ 5.041.597,60	Países Baixos	1.338,82
Portugal	\$ 4.738.002,55	Argentina	1.271,03
China	\$ 3.842.579,05	Tailândia	885,48
Itália	\$ 3.317.071,85	China	867,42
Demais	\$ 28.778.257,95	Demais	9.205,94
Total Mundo	\$ 242.364.943,05	Total Mundo	49.908,95

Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstat (2018).

Com relação às importações, de acordo com os dados coletados pela *International Trade Center* – ITC, os países desenvolvidos, como Estados Unidos, e os países em desenvolvimento, como Tailândia, Brasil, China e México, apresentam crescimento positivo nas importações da pesca no mundo no período analisado.

Gráfico 5: Comparação das Importações Globais período 2001 – 2016*

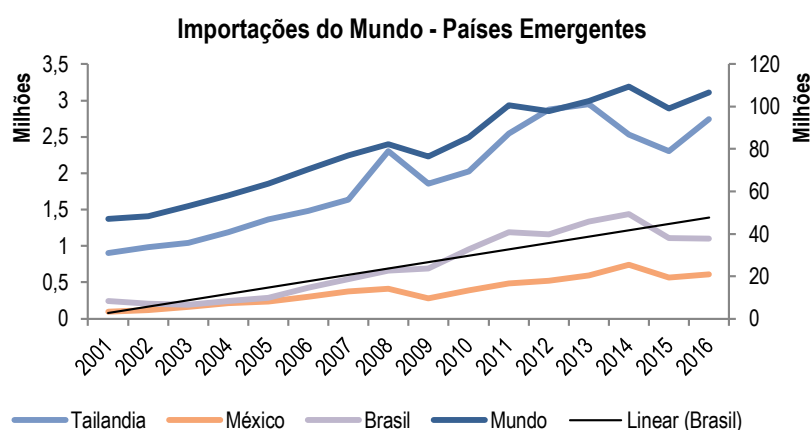


Fonte: Elaboração própria, com dados da Intracen/trademap (2018).

* Não há dados para período de 1997 a 2000.

Nos gráficos 5 e 6 a análise deste panorama permite identificar que existe uma possível tendência positiva de crescimento para os próximos anos. A demanda crescente pode ser explicada pela procura de alimentos saudáveis que possuem aminoácidos que o ser humano necessita e não é capaz de produzir. Os pescados possuem enorme concentração de nutrientes, vitaminas e proteínas, além de ser fontes de ácidos graxos e ômega-3 (MS, 2008).

Gráfico 6 – Comparação das Importações Globais período 2001 – 2016*



Fonte: Elaboração própria, com dados da Intracen/trademap (2018).

* Não há dados para período de 1997 a 2000.

O pescado importado que tem entrado no Brasil é de suma importância para os consumidores brasileiros, pois o produto nacional não é suficiente para atender a demanda interna. De acordo com Ceasa/DF, o Brasil produz apenas 40% dos peixes que os brasileiros consomem, os outros 60% é necessário ser importado porque o custo do transporte e da produção nacional é muito elevado.

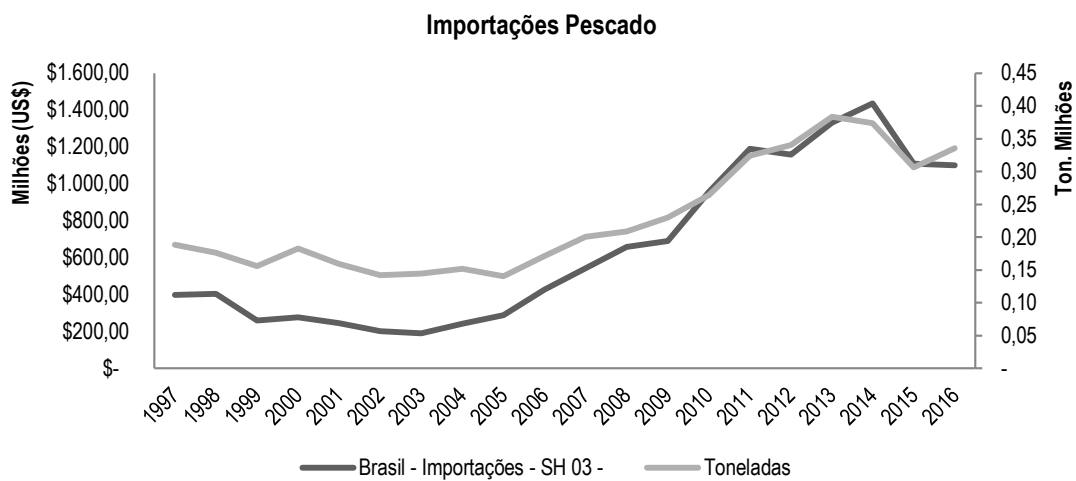
As principais importações realizadas pelo Brasil têm origem dos países demonstrados no ranking da tabela 5. Destaca-se em primeiro lugar o Chile com 190,51 milhões de dólares o que representa uma participação de 29% nas compras brasileiras, em segundo lugar a Noruega com 21%, em terceiro lugar Argentina com 14%. Por outro lado, no ranking por volumes o destaque de primeiro lugar se dá para Argentina com 46,630 milhões de toneladas e uma participação em 20% nas compras em volumes. Este pulo no ranking se dá pelo favorecimento de tarifas menores do bloco regional do MERCOSUL que permite importar maiores quantidades por valores menores.

Tabela 5: Origem das Importações Brasileira de Pescado período 1997 - 2016

Valor FOB (US\$)			Toneladas		
Países	Media	Part.%	Países	Media	Part.%
Chile	\$ 190.515.670,95	29,08	Argentina	46.630,01	20,36
Noruega	\$ 142.508.334,05	21,76	Chile	37.865,78	16,53
Argentina	\$ 95.603.677,35	14,60	Noruega	26.578,16	11,61
China	\$ 71.891.931,75	10,98	China	24.954,70	10,90
Portugal	\$ 44.198.315,60	6,75	Uruguai	17.654,88	7,71
Vietnã	\$ 28.203.463,25	4,31	Marrocos	15.063,81	6,58
Uruguai	\$ 23.947.330,40	3,66	Vietnã	14.349,70	6,27
Marrocos	\$ 13.037.185,10	1,99	Venezuela	10.102,55	4,41
Espanha	\$ 5.718.680,80	0,87	Portugal	6.640,57	2,90
Taiwan (Formosa)	\$ 5.211.045,70	0,80	Rússia	6.195,11	2,71
Demais	\$ 34.196.029,95	5,22	Demais	22.976,33	10,03
Total	\$ 655.031.664,90	100,00	Total	229.011,59	100,00

Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstat (2018).

O gráfico 7 demonstra a evolução das importações. Em meados de 2005 a valorização cambial da moeda brasileira, permitiu que aumentassem as divisas no país o que permitiu um aumento das compras com exterior, além disso a produção nacional e a oferta não era suficiente para a demanda do mercado doméstico.

Gráfico7: Importações Brasileiras – setor Pescado período 1997 - 2016

Fonte: Elaboração própria, com dados do ComexStat (2018).

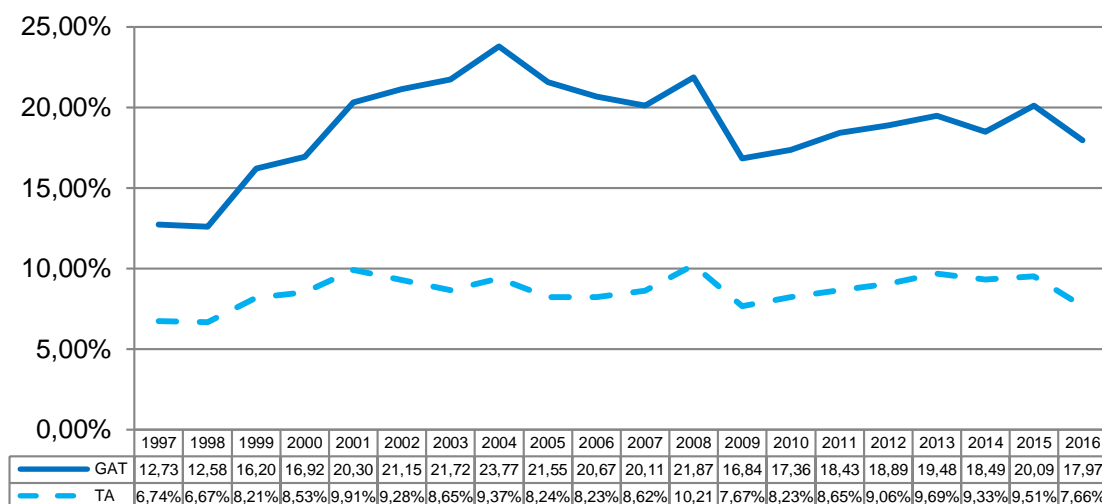
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção irá mostrar alguns índices de internacionalização do Brasil e do Mundo. Os indicadores, Grau de Abertura Total, Taxa de Abertura e Vantagem Comparativa Revelada que podem evidenciar os níveis de trocas internacionais. Além disso revelam-se as fontes dos dados e a base dos dados mais consultados.

5.1 Grau de abertura da economia brasileira

O Grau de Abertura Comercial de uma economia representa o nível de transações comerciais que o país mantém com o resto do mundo (CARVALHO, 2002). O resultado desse índice mostra as relações comerciais com o exterior, quanto maior for à porcentagem, maior será a relevância no comércio internacional.

Gráfico 8: Grau de abertura da economia brasileira – período 1997 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstat/Woldr Bank (2018).

A evolução dos índices GAT e TA, no Gráfico 8 mostra uma tendência crescente de abertura, a partir de 1998 um grande impulso na internacionalização da economia devido ao aumento nas privatizações. De acordo com IBGE (2004) no período de 1997 a 2002 foram privatizadas 133 empresas estatais. Também se observam, a partir de 2000, um deslocamento da taxa de abertura GAT em relação à TA proporcionada pelo aumento das exportações. O aumento das exportações foi favorecido pela elevação do preço das commodities devido à procura dos países

emergentes, particularmente a China (APEX-BRASIL, 2011). Já o decréscimo da TA (a partir de 2004) indica um abrandamento da política protecionista. O governo brasileiro, em 2005, intensificou as medidas protecionistas, favorecendo a indústria nacional por ser pouca competitiva no mercado (VEJA, 2018).

A partir dos resultados levantados no período de 1997 a 2016, obteve-se o grau de abertura comercial, verifica-se que durante este período no longo prazo, o Brasil em nenhum momento apresentou um grau de abertura superior o ano de 2004, o índice foi 23,77%. Após atingir seu maior grau de abertura, constata-se uma série de quedas, até que no ano de 2016 fechou em 17,97%. Estes resultados do GAT demonstram que as quedas estão associadas a uma série de medidas adotadas pelo país que prejudicam o comércio internacional.

Conforme Vazquez (2015), em sua análise dos últimos 30 anos, o Brasil vivenciou três fases distintas no mercado brasileiro de câmbio. A primeira fase iniciada na década de 1980 foi marcada pela criação e implantação de controle de câmbio rígido, restrições cambiais e monopólio de câmbio. Posteriormente na década de 1990, o mercado de câmbio dividiu-se em mercado de taxas livres e regime de flutuação de câmbio. Nesta mesma época ocorreu o aperfeiçoamento e flexibilização gradativa das regras cambiais. A terceira fase inicia-se no século XXI, em 2005 a resolução 3265 promoveu unificação dos mercados, todas as operações passaram a ser permitidas, a não ser àquelas sujeita a regulamentação específica. Além da possibilidade de o exportador manter suas divisas no exterior por até 210 dias após o embarque das mercadorias.

O período analisado foi marcado por diversas medidas adotadas pelo governo que evidenciam o baixo grau de abertura comercial com o exterior. As ações adotadas acerca das políticas cambiais, enfrentamento de crises econômicas, medidas fiscais e monetárias revelaram que as medidas adotadas pela União são extremamente protecionistas. Para melhor entendermos estas medidas como relatado por Vazquez (2015) a respeito das fases vivenciadas no mercado brasileiro de câmbio, estas pesquisas evidenciaram duas fases: a primeira fase entre 1997 a 2006 (período de Fernando Henrique Cardoso e início do governo Luiz Inácio Lula da Silva) e a segunda fase entre 2006 até 2016 (período de LULA e Dilma Rousseff).

A evolução da economia brasileira no gráfico 8 com base na primeira fase pode ser dividida em dois períodos. O primeiro período é marcado pelo início das novas políticas cambiais da equipe do governo FHC e políticas econômicas

desenvolvimentistas pelo governo LULA (BRUM, DIDOLICH, 2008). Estas medidas foram preponderantes para o aumento do nível do Grau de Abertura Comercial do Brasil com o resto do mundo, o Brasil passou de um grau de abertura comercial de 12,58%, em 1998, para 21,87%, em 2008, sendo que o maior Grau de Abertura Comercial ocorreu em 2004, quando o país apresentou um grau 23,77%.

Nas políticas econômicas do período FHC, um importante passo em 1999, é marcado pela tríplice mudança dos regimes: cambial, monetário e fiscal, este esforço para estabilizar a economia do país veio acompanhado do desequilíbrio fiscal e externos. A principal mudança quanto ao regime fiscal, foi a introdução do plano de estabilidade fiscal e a criação de metas a serem atingidas onde os resultados deveriam ser positivos tanto para as receitas quanto para as despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. Quanto ao regime cambial, ocorreu uma mudança no sistema de bandas para o regime de flutuação suja. A intervenção no mercado de câmbio é realizada por meio de indexação da taxa de câmbio à dívida mediante a oferta primária de títulos públicos e *swaps* cambiais, estes instrumentos possibilitaram os ajustes na conta corrente. A substituição do regime monetário subordinado à ancora cambial pelo de metas de inflação permitiu uma redução nos níveis e na volatilidade das taxas de juros. As mudanças nos regimes contribuíram para o novo ciclo de crescimento, mas este crescimento foi interrompido pelos choques: crise de energia elétrica, incerteza eleitoral e ambiente internacional desfavorável (OLIVEIRA, TUROLLA, 2003).

Conforme Barbosa Filho e Souza (2010), as políticas econômicas desenvolvimentistas adotadas no governo LULA geraram um acelerado crescimento econômico no país. Nas eleições em 2002 o Brasil sofreu com ataque especulativo no mercado financeiro, que deteriorou as finanças públicas. O comprometimento com assuntos relacionados aos contratos vigentes, controle monetário, fiscal, cambial e reforma previdenciária dos servidores públicos sinalizava para uma estabilidade macroeconômica no país.

O ano de 2006 foi marcado pelo fim do período FHC e LULA e início do período LULA e DILMA. Com o aumento do preço das commodities, o governo federal adotou políticas fiscais expansionistas, o resultado foi o aumento das reservas internacionais e a redução da taxa real de juros. Já em 2008 com a deflagração da crise dos subprimes desencadeada em 2007 nos Estados Unidos, o governo brasileiro tomou uma série de decisões, que podem ser divididas em três partes: às ações e os

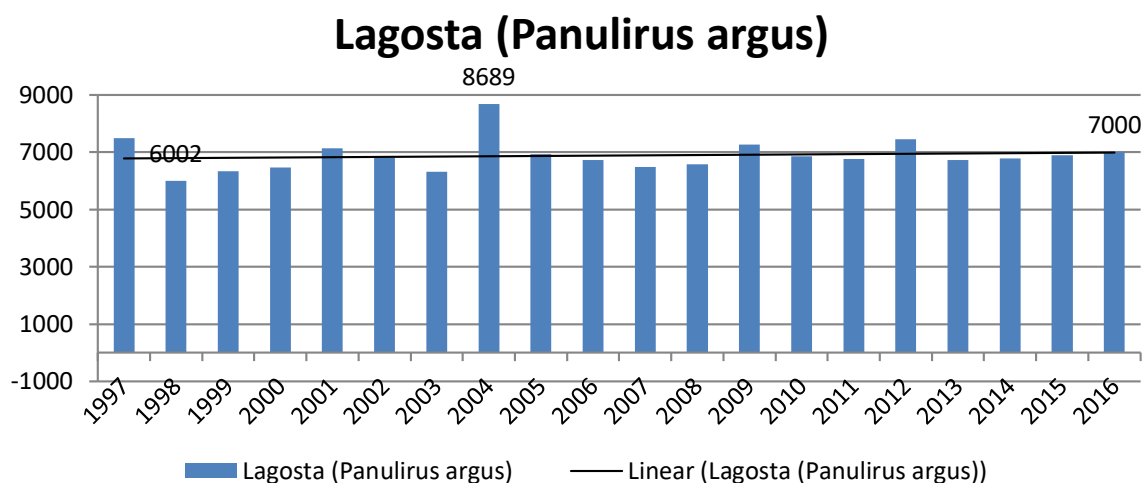
programas de investimento em infraestrutura (programa PAC), aumento do salário mínimo (teve grande peso na expansão da transferência de renda via da previdência social e seguro desemprego), gestão estrutural do governo em combater a crise, destaca-se três ações importantes: revisão nas alíquotas de imposto de renda sobre pessoa física, expansão do crédito via BNDES voltada para o programa habitacional Minha Casa Minha Vida e mudança na taxa real de juros da economia. As ações do governo fizeram o Brasil atravessar a crise sem desestabilizar a economia (BARBOSA-FILHO, SOUZA, 2010).

Em 2012 o cenário de crescimento mudou, o preço das *commodities* diminuiu e a economia mundial desacelerou e a economia brasileira também acompanhou este cenário. Nesta época o governo Dilma, foi marcado pela nova matriz econômica, o excesso de intervenção (controle preços e câmbio, subsídios e uma inflação mais alta) nas políticas econômicas como um todo e o desmantelamento do tripé macroeconômico esgotaram as medidas de estímulos do governo anterior ocorrendo assim uma desaceleração do PIB do Brasil (DWECK, TEIXEIRA, 2017).

Portanto, após este breve relato dos diversos autores, evidenciou-se que o cenário econômico brasileiro é marcado por excessivas intervenções estatais que demonstram uma tendência robusta cada vez mais protetiva, o que tem desencadeando retaliações (taxações para produtos estrangeiros) dos mais diversos países que se sentem prejudicados na relação de troca de bens e serviços no comércio exterior.

5.2 Competitividade das Exportação de Lagosta brasileira

No setor de pescados os crustáceos estão entre os principais produtos na pauta das exportações brasileira. Entre os pescados a lagosta é uma iguaria bastante saborosa. No Brasil as capturas se estendem pela costa litorânea na região nordeste que vai desde o Amapá até Espírito Santo. Esta iguaria é de suma importância para economia daquela região. Em 2008 o governo brasileiro lançou uma campanha em parceria com a INFRAERO, acerca do consumo sustentável da lagosta. Existem cinco espécies de lagosta no litoral brasileiro. As mais importantes são: a lagosta vermelha (*Panulirusargus*) e a lagosta cabo verde (*Panuliruslaevicauda*). As demais espécies são: a lagostinha (*Panulirusechinatus*), a lagosta-sapata ou sapateira (*scyllarides brasiliensis* e *scyllaridesdelfosi*) (IBAMA, 2008).

Gráfico 9: Produção de Lagosta (*Panulirus argus*) do Brasil de 1997 - 2016

Fonte: Elaboração própria, com dados da FAO (2018).

A produção de lagosta é destinada na sua grande maioria para o mercado externo, o principal destino é os Estados Unidos. No período de 1997 a 2016, a média histórica da produção anual girou entorno de 6.887 toneladas. Em 1998 a produção registrou 6.002 toneladas, após um salto na produção, no ano de 2004 foi registrado o maior volume produzido na série analisada, 8.689 toneladas. Posteriormente a produção apresentou uma sequência de queda e por fim no ano de 2016 registrou 7.000 toneladas.

No gráfico 9 evidencia-se que esta atividade apresenta estagnação. Alguns motivos que evidenciam esta estagnação da produção de lagosta:

- Exploração de forma insustentável (utiliza redes de emalhar (tipo caçoeira) que tem um maior poder de pesca). Essa técnica captura indivíduos imaturos, fauna (espécimes ameaçados de extinção) e peixes jovens colocando em risco o uso dos recursos. Devido estas pratica eficaz de captura os estoques de pescados estão plenamente sobre-explotados ou ameaçados de sobre-exploração (IBAMA, 2008).
- Adoção de medidas de ordenamento que a segure o uso sustentável e aumento dos estoques pesqueiros. DEFESO – proteger espécimes ameaçadas visto que neste período não se pode pescar determinadas espécies por estarem em época de reprodução. Além de proibir redes de arrastos que capturam as espécies mais jovens (IBAMA, 2008).

- Queda no preço das commodities no mercado internacional devido à crise mundial e a recessão da economia brasileira (MANZI, 2016).

No período identificou-se 17 estados participantes das exportações de lagostas, sendo que os principais estados se encontram na região nordeste. O estado do Ceará é o principal exportador de lagosta com uma participação de 67% das exportações brasileiras de lagosta. As exportações, em média, para o período registraram 2.012,83 toneladas. A tabela 6 revela os principais estados exportadores de lagosta.

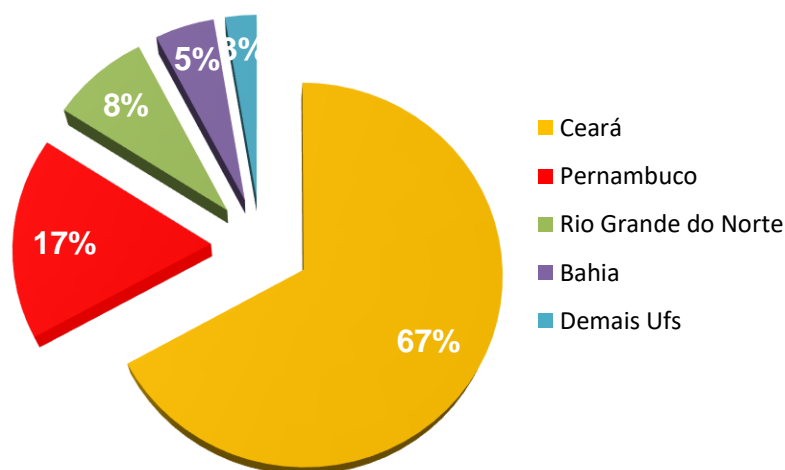
Tabela 6: Média do volume exportado no período 1997 a 2016

Estado	Quilogramas	Part. %
Ceará	1.348.315,50	67
Pernambuco	343.938,50	17
Rio Grande do Norte	166.604,50	8
Bahia	100.799,00	8
Demais Ufs	53.180,00	3
Total	2.012.837,50	100

Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstats (2018).

O gráfico 10 evidencia a participação dos estados brasileiros na pauta de exportação do segmento analisado. A região nordeste é predominante sobre os demais estados, visto que é o principal local de habitat da lagosta.

Gráfico 10: Participação dos estados brasileiros na exportação da lagosta



Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstats (2018).

5.2.1 Indicador de Competitividade das Exportação da Lagosta

Quanto ao indicador de competitividade, o desempenho dos exportadores mundiais de lagosta foi avaliado para 165 países que foram organizados em ordem decrescente do valor da média das exportações ocorridas para o período de 1997 a 2016. O estudo delimitou os dez principais exportadores de lagosta do mundo. Para delinear os resultados deste segmento utilizou-se o método de classificação de mercadorias, o sistema harmonizado – SH6^a. As classificações utilizadas foram:

Tabela 7: Sistema Harmonizado

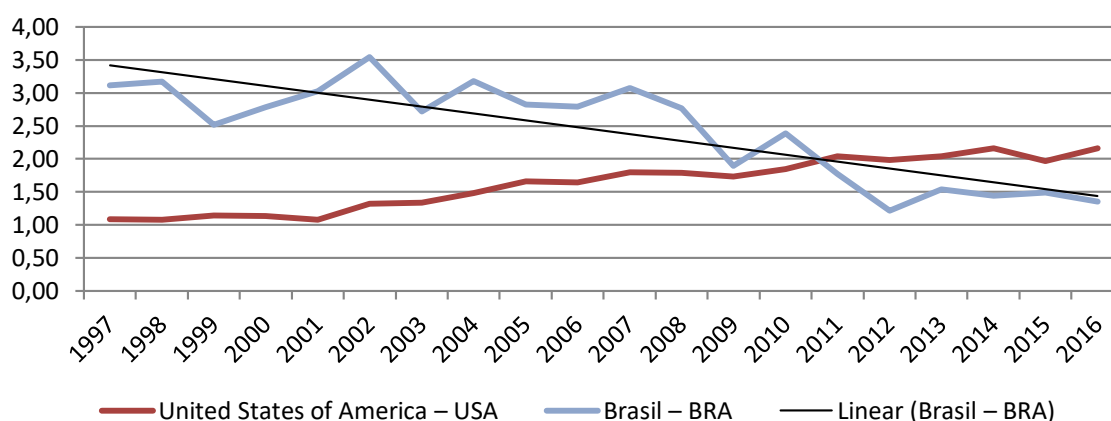
SHs	Descrição do SH
030611	Lagosta congelada (Palinurus spp., Panulirus spp., Jasus spp.)
030612	Lavagantes congelados (Homarus spp.)
030621	Lagostas não congeladas
030622	Lavagantes não congelados
030629	Crustáceos não congelados

Fonte: Elaboração própria, com dados da OMA (2018).

De acordo com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (2005) percebe-se que este mercado é dominado por apenas duas famílias de lagosta, as de pinça e as espinhosas, sendo a liderança garantida para as lagostas de pinça. Destacam-se as espécies *Homarus americanus* (american lobster) e *Nephrops norvegicus*, *Panulirus argus* e *Panulirus cygnus* (MELO, BARROS, 2006).

O VCR demonstra se os principais exportadores mundiais possuem vantagem comparativa na exportação de lagostas.

Gráfico 11: Evolução da VCR para o segmento lagosta, entre 1997 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com dados da UNCOMTRADE (2018).

Conforme especificado na Tabela 8 no apêndice, entre os 165 países analisados neste seguimento, são detalhados os dez maiores exportadores de lagosta no mercado mundial. O ranking revelou que Canadá e Estados Unidos são os maiores exportadores de lagosta no Mundo. Em 2016, a participação registrada foi a maior, nenhum dos anos anteriores superou este ano, somado juntos estes dois países participaram com 55%. Destacam-se ainda por ordem de importância no ranking Austrália, seguido por Nova Zelândia, Reino Unido, Bahamas, Brasil, Vietnã, África do Sul e por fim México. Quanto ao resultado do indicador, este demonstra que Bahamas, em todo o período analisado, foi o maior índice a unidade, demonstrando que o país possui vantagem comparativa revelada extremamente superior no seguimento de análise. Já Reino Unido, Vietnã e México, apresentaram oscilações, o resultado foi menor que a unidade em alguns momentos e outros momentos foi maior que a unidade, indicando que o país tem buscado recuperação e ser competitivo no setor.

Quanto ao resultado do indicador para o Brasil, a VCR ao longo do período se manteve acima de 1,0, revelando que o país tende a apresentar maior penetração com tendência decrescente na exportador do produto conforme o gráfico 11, a evolução da VCR revela que em 2002, o Brasil teve um índice de vantagem comparativa revelada de 3,54, foi o maior índice de vantagem registrado. Após uma série de recuos, em 2012 apresentou o menor índice 1,21 evidenciando uma perda de competitividade. Em 2007, conforme o IBAMA, sua audiência pública revelou que a pesca brasileira enfrenta uma crise: os resultados avaliados apontam que cerca de 80% dos recursos pesqueiros encontram-se plenamente explorados, sobrepescados, esgotados ou em processo de recuperação (MELLO,2007).

Tabela 9 – Dez principais destinos das exportações de lagosta brasileira – período de 1997 a 2016

Países	Média	Part%
Estados Unidos	\$ 57.032.354,45	86,63
França	\$ 1.993.205,75	3,03
Japão	\$ 1.716.957,45	2,61
Espanha	\$ 1.059.681,15	1,61
Emirados Árabes Unidos	\$ 603.772,00	0,92
Vietnã	\$ 584.692,75	0,89
Austrália	\$ 523.026,40	0,79
Taiwan (Formosa)	\$ 422.909,65	0,64
Bélgica	\$ 288.172,30	0,44
Países Baixos (Holanda)	\$ 285.503,50	0,43
Demais	\$ 1.324.474,50	2,01
Mundo	\$ 65.834.749,90	100,00

Fonte: Elaboração própria, com dados do Comexstat (2018).

Para melhor compreendermos a relação de trocas, no período analisado identificou-se 34 países importadores da lagosta brasileira, sendo que nenhum deles superou a participação massiva dos Estados Unidos, 86%, este país é o principal parceiro econômico. Quanto a relação entre Estados Unidos e Brasil, a VCR apresentou vantagem comparativa em grande parte do período, mas nos últimos anos tem perdido em competitividade, o que ocasionou em desvantagem nesse mercado bilateral.

A perda de competitividade está relacionada à cadeia produtiva insustentável adotada pelo Brasil. A baixa qualidade do produto está associada a exploração, realizada por meio da pesca predatória tem impacto desastroso devido as redes de arrastos que capturam as espécies mais jovens.

De acordo com Antunes (2012) acerca dos recursos financeiros destinados aos órgãos de fiscalização por parte da União podem implicar em uma limitação operacional, o que impediria maiores ações de fiscalização (SCHMITT, SCARDUA, 2014). Os recursos financeiros são importantes para os órgãos fiscalizadores para poderem coibir as ações de pesca predatória em épocas de defeso da lagosta.

Conforme Santiago (2016) a qualidade do pescado é o principal fator que fez o Brasil perder competitividade no mercado internacional, a provável causa está associada ao método de manejo, a época de coleta, a manipulação pós-captura.

Melo (2006) relata que o método de produção no Brasil é insustentável por diversos fatores. O grande problema se dá pela captura de grande parte dos estoques mais jovens, ou de estoques reprodutores em época de defeso, juntamente com o excesso de esforço de pesca e a insuficiência das medidas de gestão, além da utilização de técnicas altamente predatórias.

Conforme levantamento da CGU (2017) a falta de fiscalização adequada pelo IBAMA está associada a falta de infraestrutura logística, escassez de fiscais ambientais, em muitos casos os bens apreendidos não são recolhidos por dificuldade na logística, local de guarda e destinação final do bem. Os bens acabam ficando em aguarda do próprio infrator.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre competitividade do setor pesqueiro justificam-se pela importância que os pescados têm em combater a insegurança alimentar e a desnutrição dado a dotação de novas técnicas de manejo voltadas para a sustentabilidade no uso dos recursos naturais. As relações comerciais permitem que os países diversifiquem a oferta de bens, os países procuram se especializar em determinadas atividades em que possuem alguma vantagem para si e que possibilite beneficiar o interesse dos outros países.

O presente trabalho buscou apresentar como a análise de competitividade do setor pesqueiro pode contribuir para a exportação da lagosta brasileira; fornecer uma visão geral do cenário do pescado no mundo; determinar a vantagem comparativa e competitiva da lagosta brasileira e identificar as decisões políticas macro e micro que influenciam nos níveis de relação comerciais.

A partir da análise dos resultados verificou-se que as VCR atingiram as expectativas, revelando que as exportações brasileiras do produto lagosta estão perdendo competitividade no comércio exterior. A análise da evolução da VCR permitiu verificar que após atingir o ápice de competitividade, os anos posteriores são marcados por repetitivas quedas de competitividade nas exportações de lagosta, em especial com seu principal parceiro comercial, os Estados Unidos.

A visão geral do cenário da pesca no mundo permitiu identificar que a produção de pescado tem apresentado uma tendência crescente no longo prazo. As práticas deste setor têm enfrentado dificuldades dado ao fato de os recursos pesqueiros não serem infinitos e estarem sofrendo com a elevada condição de capturas não sustentáveis.

A análise da vantagem comparativa do seguimento revelou que o Brasil tende a apresentar maior penetração com tendência decrescente nas exportações de lagosta. A adoção de uma cadeia produtiva sustentável que preserve as espécies mais jovens na prática de capturas ou práticas de cultivos que permitam que no longo prazo aumente-se a produção de lagosta, irá afetar a competitividade das exportações no mercado internacional, fazendo com que o Brasil volte a ter competitividade, como registrado na maior parte do período analisado.

Os países, ao realizarem as trocas de bens, devem possuir vantagem comparativa na produção do bem e, portanto, devem se especializar na produção que

possuem vantagem comparativa. A VCR permite que os tomadores de decisões identifiquem quando o país é potencial exportador e apresenta perda de competitividade nas relações de trocas.

Dessa forma, a grande problemática se dá pela captura de grande parte dos estoques mais jovens, ou de estoques reprodutores em época de defeso, juntamente com o excesso de esforço de pesca e a insuficiência das medidas de gestão, além da utilização de técnicas altamente predatórias (MELO, 2006).

Alguns desentendimentos comerciais trazem prejuízos a todos. Os conflitos comerciais são inevitáveis, pois cada país quer proteger sua economia, mas se forem resolvidos cordialmente ambos tendem a crescer com o aumento do nível de comércio. Esse é um dos principais desafios para os governos e setores produtivos do Brasil e do mundo.

O presente estudo teve como limitações a análise só da lagosta, dado a dificuldade na obtenção e manipulação dos dados. Melhores resultados poderiam ter sido alcançados se a análise abrangesse uma diversificação maior de espécimes existentes no setor de pescados.

Desta forma, para abordagem futuras, seria interessante que as investigações fossem específicas à produção sustentável mundial. É necessário investir em mais estudos nessa área devido a importância da cadeia produtiva sustentável do pescado, além de analisar quais espécimes são cultivadas e quais espécimes têm potencial para serem cultivadas por meio da aquicultura no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÕES (EBC). **Agência da ONU alerta para perigo de “pesca fantasma”**. Nova York, abr. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-04/agencia-da-onu-alerta-para-perigo-de-pesca-fantasma>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

APEX BRASIL. **As exportações Brasileiras e os Ciclos de Commodities: tendências recentes e perspectivas**. 2011. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/5a438c3e-ddd0-4807-8820-a0f6650bd379.pdf>>. Acesso em 16 de maio de 2019.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antônio Pereira de. **A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda**. In: Sader e, Garcia MA, organizadores. Brasil entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo; 2010. p. 57 - 110. Disponível em: <<https://nodocuments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>>. Acesso em 05 de maio de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI)**, instituído pela circular 3.280/2005. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Rex/RMCCI/Ftp/RMCCI.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência de Notícias. **De 1997 a 2002 foram privatizadas 133 empresas estatais**. 2004. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/12875-asi-de-1997-a-2002-foram-privatizadas-133-empresas-estatais>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Boletim de Conjuntura, nº63, Dez. 2003**. Brasília: IPEA, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Boletim_de_Conjuntura/bc63_completo.zip>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Diretoria de Estudos e Políticas Regionais Urbanas e Ambientais (Dirur). **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRU): n. 7, jan./jun. 2013. 45 p.** Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4680/1/BRU_n07.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2018.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Pesca e Aquicultura. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-pesca-e-aquicultura>>. Acesso em 10 de maio de 2019

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Decreto nº**

9.013, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NzU2NQ%2C%2C>>. Acesso em: 07 de julho de 2018.

_____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior E Serviços (MDIC). **ComexStat**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 13 de junho de 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Campanha de Consumo Sustentável: Lagosta**. 2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/389-campanha-de-consumo-sustent%C3%A1vel-lagosta-e-andada.html>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Dia mundial das zonas úmidas 2007, Pesca para o futuro?** Brasília, Fev. 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_publicacao/205_publicacao29112010050729.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Plano de Gestão para uso sustentável de Lagostas no Brasil**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/gestao-pesqueira/publicacoes/2008-livro-plano-gestao-uso-sustentavel-lagostas.pdf>>. Acesso em 14 de maio de 2019.

_____. Ministério da Saúde (MS). **Guia alimentar para a população brasileira 2008**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2018.

_____. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (CGU). **Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo nº 69 Ações Relativas à Fiscalização Ambiental sob Responsabilidade do IBAMA**. 2017. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/9752.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

BRUM, Argemiro Luís; DIDOLICH, Everton Fonseca. **O Grau de Abertura Comercial e a Taxa de Cobertura Global do Brasil Entre 1950 - 2006**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/46.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia internacional**, 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAVES, Richard E.; FRANKEL, Jeffrey A.; JONES, Ronald W. **Economia internacional: comercio e transações globais**. São Paulo: Saraiva, 2001. Disponível em biblioteca central campos Carrero.

DE PAULA, Sabrina Nolasco Carvalho. **Do ambiente-natureza à visão holística: os caminhos da relação do ser humano com o meio ambiente**, Vitória. 2009. 24,25f.

Monografia (Título de Bacharel em Ciências Biológicas) – Centro de Ciências Humanas e Naturais Departamento de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/ambiente-natureza-holistica-humano-relacao/ambiente-natureza-holistica-humano-relacao.pdf>>. Acesso em 28 de junho 2018.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **A Política Fiscal do Governo Dilma e a Crise Econômica**. In: Anais do X Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Anais. Brasília(DF) UnB, 2017. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/akb/53521-A-POLITICA-FISCAL-DO-GOVERNO-DILMA-E-A-CRISE-ECONOMICA>>. Acesso em: 06 de maio de 2019

FERREIRA, B., CAPITANI, D. Competitividade do milho brasileiro no mercado internacional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília. 2017. 86f. Artigo científico. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1274>>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The state of world fisheries and aquaculture: opportunities and challenges**. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3720e.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Pesca e aquicultura**. Roma: FAO, 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/012/i0765pt/i0765pt09.pdf>>. Acesso em: 26 de junho de 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Fishery**. Disponível em: <<http://www.fao.org/fishery/statistics/en>> Acesso em: 30 de junho de 2018.

INFOESCOLA SERVIÇOS EM INFORMÁTICA (INFOESCOLA Navegando e Aprendendo). **Pesca industrial**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/pesca-industrial/>>. Acesso em 28 de junho 2018.

INTERNATIONAL TRADE CENTER, **Trade Map**. Disponível em: <<https://www.trademap.org/Index.aspx>>. Acesso em 13 de junho de 2018.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J.; Perrotti-Garcia, Ana Julia; Mori, Rogério. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

LANG, Jaime Ivan. **Análise da vantagem comparativa revelada do pescado, camarão e lagosta de 2000 a 2011 no Brasil e Mundo**, Rio Grande do Sul. 2015. 15f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Economia) – Escola de Gestão e Negócios, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**, 16ªed. São Paulo: Atlas,2014.

MANZI, Rafael Henrique Dias. **O fim do superciclo das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira**. Conjuntura internacional, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 36-43, out. 2016. ISSN 1809-6182. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/P.1809-6182.2016v13n1p36>>. Acesso em: 18 maio de 2019.

MELLO, Rômulo. Câmara legislativa. Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, **Desenvolvimento da pesca - Desafios da Sustentabilidade**. 2007. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/...2007/rap260607romulo.pdf>>. Acesso em:14 de maio de 2019.

MELO, Andrea SSA; BARROS, André Dourado de. **Pesca Predatória da Lagosta no Brasil: Um Modelo Insustentável**. No 149316, 44º Congresso, 23-27 de julho de 2006, Fortaleza, Ceará, Brasil, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/1162.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2019

NÓBREGA, Mailson da. **Como o Brasil virou uma das economias mais fechadas do mundo**. VEJA, 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/mailson-da-nobrega/como-o-brasil-virou-uma-das-economias-mais-fechadas-do-mundo/>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. **Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas**. Tempo soc., São Paulo, v.15, n.2, p. 195-217, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 05 de maio de 2019.

OMA, Organização Mundial de Alfândegas. **Sistema Harmonizado, Capítulo 3, Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos**. Disponível em:<http://www.wcoomd.org/-/media/wco/public/global/pdf/topics/nomenclature/instruments-and-tools/hs-nomenclature-2012/hs-2012/0103_2012e.pdf?la=en>. Acesso em 13 de junho de 2018.

ONU, Nações Unidas no Brasil. **FAO: Aquicultura tem potencial para combater a pobreza e insegurança alimentar**. Brasília, Nov. 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-aquicultura-tem-potencial-para-combater-a-pobreza-e-inseguranca-alimentar/#>>. Acesso em: 26 de junho de 2018.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Comtrade**. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/>> Acesso em: 12 novembro 2018.

SANTIAGO, André Prata. **Lagosta: aquicultura como ferramenta para sustentabilidade e preservação do recurso**. 2016. 307 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/21453>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

SCHMITT, Jair; SCARDUA, Fernando Paiva. **A descentralização das competências ambientais e a fiscalização do desmatamento na Amazônia**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v.49, n.5, p. 1121-1142, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122015000501121&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 maio de 2019.

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do Comércio Internacional**, (Comércio Exterior, vol. 2). São Paulo: Saraiva, 2009.

THE WORLD BANK. **DataBank**. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/data/home>> Acesso em: 12 novembro de 2018.

VAZQUEZ, Jose Lopes. **Comércio exterior brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

APÊNDICE

Tabela 8: Resultados da VCR para o segmento lagosta, entre 1997 a 2016

Países	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Canadá	5,77	6,16	5,61	5,39	5,96	6,70	7,00	7,30	8,02	8,66	9,34	10,04	10,75	11,18	11,27	11,58	11,08	12,07	13,87	13,80
Estados Unidos	1,09	1,08	1,15	1,13	1,08	1,32	1,33	1,48	1,66	1,64	1,80	1,79	1,73	1,85	2,04	1,98	2,04	2,16	1,96	2,16
Austrália	19,88	19,07	17,37	16,84	13,06	13,62	12,87	14,33	13,53	14,25	14,03	12,72	11,82	9,65	9,68	9,91	10,49	12,41	12,46	11,81
Nova Zelândia	18,45	17,59	15,04	13,38	11,82	12,44	12,03	12,48	15,89	16,81	17,78	26,48	25,89	30,01	27,33	29,12	28,83	26,69	26,69	28,31
Reino Unido	0,81	0,94	0,75	0,66	0,73	0,83	0,92	1,23	1,35	1,32	1,53	1,44	1,62	1,45	1,49	0,69	0,69	0,76	0,59	0,81
Bahamas	1151,70	743,82	668,82	463,23	547,95	690,39	881,34	809,38	1182,26	810,10	641,29	705,98	573,20	635,05	562,28	557,55	575,70	445,02	546,49	
Brasil	3,11	3,17	2,51	2,78	3,02	3,54	2,72	3,18	2,82	2,79	3,07	2,77	1,89	2,39	1,77	1,21	1,54	1,44	1,49	1,36
Viet Nam				8,87	41,84	16,48	51,02	26,66	5,67	10,90	1,59	1,29	5,31	0,65	0,40	0,97	0,52	0,46	0,34	0,21
África do Sul				3,65	4,17	5,48	4,62	6,08	6,05	5,03	6,63	6,24	7,14	6,00	4,88	5,02	5,27	5,12	3,86	3,27
México	0,84	0,60	0,50	0,56	0,55	0,70	0,72	0,56	0,60	0,66	0,72	0,97	1,14	1,43	1,57	1,30	1,28	1,18	0,88	0,81

Fonte: Elaboração própria - Os dados utilizados para delimitação dos fluxos de exportação foram elaborados a partir da base de dados das Nações Unidas para o Comércio (UNCOMTRADE, 2018).

